



29/10/15
F. esse

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com as competências previstas no artg. 14º do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/2014, reuniu, no dia 11 de Novembro de 2015, pelas 16 horas, na sala de reuniões da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como ponto único da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades / Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2016.

Após a análise do documento em causa e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos os objetivos inscritos no mesmo:

1. **Procurar aprofundar as parcerias a estabelecer com o Setor Estado, assegurando a sustentabilidade da Misericórdia;**
2. **Manter os esforços de requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social e Promover a Mata das Misericórdias, bem como de outros espaços naturais que envolvem a Instituição;**
3. **Assegurar linhas de formação para os seus colaboradores sem esquecer a continuação da inventariação do património imóvel;**
4. **Assegurar uma agenda cultural e artística e dar continuidade à colaboração com outras instituições locais, regionais e nacionais;**
5. **Manter como preocupação a construção da nova Unidade de Cuidados Continuados, prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas e Insistir na recuperação do Cineteatro Alves Coelho, que implica a devolução do mesmo à Santa Casa tendo em conta as anteriores deliberações tomadas sobre esta matéria;**

Apresentados os objetivos e o plano que os sustenta, o Conselho Fiscal / Definitório entendeu atribuir concordância aos mesmos, procedendo então, à análise dos recursos económicos programados para o próximo ano.

Assim, no campo dos rendimentos foi estimado um total de **dois milhões, setecentos e dois mil euros, setecentos e noventa e dois euros (2.702.792,00€)**, o que representa uma redução,



face ao orçamento de 2015 de 0,71%, ou seja, menos dezanove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros (19.454,00€).

Esta redução é justificada pela **extinção do Programa das Empresas de Inserção** que se traduziu numa diminuição entre orçamentos (2014/2015) de menos sessenta e oito mil, quinhentos e treze euros (68.513,00€), a par da redução das receitas dos serviços de fisioterapia em menos sete mil, cento e cinquenta e seis euros (7.156,00€), tendo por base o histórico a Setembro de 2015.

Para compensar essa redução assistiu-se a um previsível crescimento do projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) com mais trinta e três mil euros, cento e cinquenta e sete euros (33.157,00€) face ao ano de 2015.

Quanto aos gastos a Misericórdia apresentou uma **projeção cautelosa**, à semelhança do que fez do lado dos proveitos / rendimentos.

Poderemos então verificar que foram estimados **dois milhões setecentos e dois mil, trezentos e trinta e oito euros (2.702.338,00€) para gastos**, que representa menos 0,64% face a igual orçamento para 2015 (2.719.872,00€).

A redução estimada levou em consideração o esforço a realizar na conta 62, neste caso reportada ao fornecimento de serviços externos, através de uma contenção da mesma, em menos 1,45% (9.411,00€) face ao orçamento de 2015.

A redução de custos apresenta-se consolidada na projeção do valor das amortizações que se espera atingir um valor mais baixo, fruto da redução gradual que a Misericórdia tem vindo a realizar no campo dos investimentos, neste caso estimou-se um valor de noventa e um mil, trezentos e noventa e nove euros e noventa (91.399,00€), ou seja, menos 25,52% (31.311,00€).

Na rubrica dos custos com pessoal foi programado um aumento de custos, **decorrente da aplicação do Acordo de Empresa Social (ACT)** para 2016, o que implicará um necessário reajuste na tabela remuneratória dos seus colaboradores. Também o impacto com a **atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN)** foi tido em conta.

Outro dado a reter passará pelo eventual **retorno de alguns feriados obrigatórios** que, como é sabido, terão impacto económico na vida da Instituição, uma vez que algumas das suas respostas sociais funcionam todos os dias da semana.

Não obstante o aumento previsto para esta rubrica, face ao orçamento de 2015, a extinção da medida das Empresas de Inserção, implicou um reajuste da estrutura de pessoal que teve impacto na redução das remunerações certas, o que possibilitou acomodar alguma despesa.

Assim, face a 2015, o aumento projetado dos custos com pessoal é estimado em mais 0,59%, ou seja mais oito mil e setecentos euros (8.700,00€).

Deve no entanto, ser realçada a incerteza nesta rubrica de custos, uma vez que só após a aprovação do Orçamento de Estado para 2016, poderemos ter uma leitura mais real do seu impacto na vida da Misericórdia.

Ponderados os resultados previsto para o campo dos rendimentos e o total de gastos estimados, prevê-se um resultado positivo de quatrocentos e cinquenta e quatro euros (454,00€).

Quanto aos investimentos da Instituição os esforços vão no sentido de dar continuidade à realização de melhorias no Complexo Social, sendo previsto um valor de quarenta mil euros (40.000,00€).

Verifica-se ainda, a manutenção do Cine-Teatro Alves Coelho na rubrica dos investimentos onde se prevê, entre obras de restauro, limpeza, pinturas e cobertura, cem mil euros (100.000,00€), evitando-se, desta forma, o avançar da degradação do referido imóvel.

Constata-se de igual modo uma verba de dez mil euros (10.000,00€) para equipamento diverso e mais dez mil euros (10.000,00€) para eventuais despesas decorrentes do desenvolvimento de candidaturas aos Fundos Comunitários, destinados à própria recuperação do Cine-Teatro, como de igual modo outros imóveis nomeadamente o antigo hospital Condessa das Canas.

O Conselho Fiscal conclui pois, que a projeção feita mostra-se realista e em sintonia com as metas traçadas pelo que, deliberou, **por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Ação e Orçamento para 2016, sugerindo a aprovação em Assembleia Geral, enaltecendo o esforço da Mesa Administrativa na boa elaboração técnica dos documentos, solicitando a aprovação de um voto de louvor.**

Arganil, 11 de Novembro de 2015

O Conselho Fiscal
Margarida Ribeiro Alves Botte George
Maria Luísa de Conceição Faria Martin
Fernando Neves Afonso